

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ**  
**LICENCIATURA EM LETRAS**

**RAYSSA MARTINS DE OLIVEIRA**

**A LITERATURA INDÍGENA COMO MECANISMO DE LUTA E RESISTÊNCIA**  
**DOS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL**

**Ribeirão Preto**

**2023**

**RAYSSA MARTINS DE OLIVEIRA**

**A LITERATURA INDÍGENA COMO MECANISMO DE LUTA E RESISTÊNCIA  
DOS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura  
Plena em Letras do Centro Universitário Barão  
de Mauá para obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Prof. Ma. Elaine Christina Mota

**Ribeirão Preto**

**2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O51L

Oliveira, Rayssa Martins de  
A literatura indígena como mecanismo de luta e resistência dos povos  
originários do Brasil/ Rayssa Martins de Oliveira - Ribeirão Preto, 2023.

54p.

Trabalho de conclusão do curso de Letras - Licenciatura Plena do Centro  
Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Elaine Christina Mota

1. Literatura indígena 2. Diversidade 3. Resistência indígena I. Mota, Elaine  
Christina II. Título

CDU 82(81)

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB<sup>8</sup>9878

**RAYSSA MARTINS DE OLIVEIRA**

**A LITERATURA INDÍGENA COMO MECANISMO DE LUTA E RESISTÊNCIA  
DOS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura  
Plena em Letras do Centro Universitário Barão  
de Mauá para obtenção do título de licenciatura.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ma. Elaine Christina Mota  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Prof. Ma. Érika Chiarello  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Prof. Me. Rômulo Francisco de Castro  
Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto  
2023**

## **AGRADECIMENTO**

A princípio, gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar. À minha mãe, por ser uma mulher guerreira e que sempre me inspirou, e ao meu pai, por todo apoio durante essa jornada. Gostaria de agradecer às minhas amigas Giovanna Almeida e Jéssica Ortolan, por serem parceiras nessa jornada acadêmica e na vida, ao longo de quatro anos, estamos colecionando momentos que jamais serão esquecidos.

Não poderia deixar de agradecer à minha incrível orientadora Elaine Christina Mota, por sempre estar ao meu lado, por sempre ter tocado meu coração com suas aulas e suas palavras e, também, por ter me ensinado o que é a literatura, especialmente, a literatura indígena. Ademais, fica minha eterna gratidão a todos os professores do curso de Letras-licenciatura Plena do Centro Universitário Barão de Mauá, pois todos são especiais na minha caminhada e todos se dedicaram incansavelmente para transformar esse curso na melhor experiência possível (enfrentamos a pandemia de Covid-19 e sobrevivemos, essa é a maior conquista de todas).

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a mim por não ter desistido, mesmo diante de todos os obstáculos. Agradeço a mim por ter sido perseverante e por ter acreditado nas minhas escolhas. Agradeço a mim por tudo que conquistei ao longo desses quatro anos e por ter me dedicado a este Trabalho de Conclusão de Curso, pois todas as palavras que foram escritas carregam um significado de amor e carinho.

“ Eu sou da América do sul. Sou de Pindorama,  
de Abya Yalla, das florestas, das cordilheiras. ”

**(Eliane Potiguara)**

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar de que forma a literatura indígena atua como mecanismo de luta e resistência para os povos originários do Brasil. Com essa finalidade, é feita uma análise de um longo processo histórico que produziu uma imagem inferiorizada dos povos indígenas, ou seja, as consequências da colonização do Brasil e da invasão territorial de 1500 e como isso influenciou diretamente os povos nativos. Nesse sentido, considera-se a educação como meio essencial para assegurar uma aprendizagem direcionada para equidade, ética e respeito, desconstruindo o molde estereotipado designado aos povos indígenas. Assim, é discutido tanto como as leis funcionam quanto como a inserção dos saberes e conhecimentos indígenas no currículo escolar garantem uma educação voltada para a valorização da diversidade. Dessa forma, a relevância do atual trabalho se dá por meio do reconhecimento da literatura indígena como ferramenta de combate ao silenciamento e discriminação, bem como a compreensão do papel transformador e humanizador da literatura. Ademais, entende-se que, por meio da literatura, é possível identificar as contribuições dos povos indígenas para a formação cultural do país. Os procedimentos metodológicos consistem em revisão da literatura teórica e análise documental, objetivando analisar as informações e conhecimentos acerca do tema literatura indígena e, ainda, analisar documentos que citam os povos originários no âmbito da educação, como a LDB e a BNCC. Além disso, há uma proposta de aula voltada para a análise crítica da literatura indígena, permitindo que o leitor reflita sobre a diferença do enfoque de uma aula de literatura eurocêntrica e de uma aula de literatura indígena. O referencial teórico é composto por autores da área de história e arqueologia, como Darcy Ribeiro e Reinaldo José Lopes. A pesquisa também é embasada nas contribuições de autores indígenas e suas produções literárias, como Daniel Munduruku, Janice Thiél, Eliane Potiguara, Márcia Wayna Kambeba, entre outros.

**Palavras-chave:** literatura indígena; diversidade; temática indígena; equidade; resistência indígena.

## **ABSTRACT**

*The aim of this work is to analyze how indigenous literature acts as a mechanism of struggle and resistance for the indigenous peoples of Brazil. To this end, one has done the analysis of a long historical process that has produced an inferior image of indigenous peoples, that is, the consequences of the colonization of Brazil and the territorial invasion of the 1500s and how this directly influenced native peoples. In this sense, education is seen as an essential means of ensuring learning geared towards equity, ethics and respect, deconstructing the stereotypical mold assigned to indigenous peoples. It therefore discusses both how the laws work and how the inclusion of indigenous knowledge and know-how in the school curriculum guarantees an education geared towards valuing diversity. That being said, the relevance of the current work concerns the recognition of indigenous literature as a tool to combat silencing and discrimination and the understanding of the transformative and humanizing role of literature. Furthermore, it is understood that, through literature, it is possible to identify the contributions of indigenous peoples to the cultural formation of the country. The methodological procedures consist of a review of the theoretical literature and documentary analysis, with the aim of analyzing information and knowledge about indigenous literature and also analyzing documents that mention indigenous peoples in the context of education, such as the LDB and the BNCC. In addition, there is class plan focused on the critical analysis of indigenous literature, allowing the reader to reflect upon the difference in focus between a Eurocentric literature class plan and one on indigenous literature. The theoretical framework is made up of authors from the fields of history and archaeology, such as Darcy Ribeiro and Reinaldo José Lopes, and the research is also based on the contributions of indigenous authors and their literary productions, such as Daniel Munduruku, Janice Thiél, Eliane Potiguara, Márcia Wayna Kambeba, among others.*

**Keywords:** *indigenous literature; diversity; indigenous themes; equity; indigenous resistance.*



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
2.1 Aspectos históricos: a carta de Pero Vaz de Caminha.....	12
2.2 As consequências da colonização e da exploração do Brasil para os povos indígenas.....	13
2.3 A resistência dos povos indígenas.....	15
2.4 A representação do indígena na sociedade brasileira.....	16
2.5 A luta pelos direitos dos povos indígenas.....	17
2.6 O papel da educação para a valorização dos povos indígenas .....	18
2.7 Como os povos indígenas são representados na BNCC.....	20
2.8 A formação do professor.....	24
<b>3 A LITERATURA COMO MEIO DE PROPAGAÇÃO DOS SABERES E TRADIÇÕES INDÍGENAS.....</b>	<b>26</b>
3.1 A importância da cultura e tradição indígena para a formação do Brasil.....	26
3.2 A valorização da diversidade .....	27
3.3 Povos indígenas e os Direitos Humanos.....	30
3.4 Direito e função da literatura e a literatura indígena como ferramenta de combate ao silenciamento e discriminação.....	32
<b>4 IDENTIDADE ANCESTRAL NA LITERATURA INDÍGENA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS.....</b>	<b>36</b>
4.1 A carta do Cacique Seattle.....	37
4.2 A identidade na literatura indígena.....	38
4.3 A importância de narrativas indígenas na educação.....	40
4.4 Sugestões de leituras com a temática indígena para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação tem por objetivo a formação dos cidadãos brasileiros e a transformação da sociedade, visando ao desenvolvimento dos estudantes por meio de valores éticos, concretizados a partir do respeito e da democracia. Nesse sentido, é necessário analisar como a educação atua para a inclusão curricular de conhecimentos e saberes oriundos de povos étnicos historicamente apagados. Com isso, os povos indígenas do Brasil são reconhecidos por lei como essenciais para os conteúdos preconizados na Educação Básica. Suas contribuições para a formação cultural do país devem ser reconhecidas e valorizadas, modificando uma visão eurocêntrica, enraizada na população brasileira.

Em razão disso, a literatura é considerada uma ferramenta essencial para difundir os saberes e expressividades indígenas, tornando-se um instrumento de conscientização sobre a questão indígena em um território que dizimou e exterminou culturalmente tais etnias. Sendo assim, cabe ao docente fomentar as reflexões necessárias para focalizar suas práticas pedagógicas em um ensino voltado para o multiculturalismo e a diversidade. Segundo Thiél (2013), ler obras de diferentes gêneros textuais, especialmente da literatura, oportuniza conhecer a pluralidade cultural, promovendo, assim, a liberdade de expressão, a igualdade e a ação da cidadania. Como consequência, os estereótipos preconceituosos e discriminatórios designados ao outro podem ser distanciados.

Com isso, este trabalho é dividido em três partes. A primeira parte tem o objetivo de traçar um percurso histórico a respeito da ocupação territorial do Brasil e os efeitos da colonização para os povos indígenas, bem como sua representação na sociedade e a luta pelos direitos institucionais. Além disso, o capítulo se propõe a analisar de que forma a educação contribui para modificar esse cenário de apagamento a partir de leis que inserem os povos indígenas nos currículos e como a formação do professor deve ser direcionada para as questões étnico-raciais do país.

Na segunda parte, pretende-se discorrer sobre como a literatura difunde os saberes indígenas. Para isso, o capítulo salienta a importância das sociedades indígenas para a formação cultural do Brasil e a valorização da diversidade. Em seguida, é destacada a relação dos povos indígenas com os Direitos Humanos (ONU, 1948) – demonstrando o direito à existência e à dignidade. Desse modo, é apontada a literatura como um direito essencial para as sociedades e como a literatura indígena surge como uma ferramenta de combate ao silenciamento e discriminação.

A terceira parte busca explicar como a literatura indígena se conecta com a identidade ancestral desses povos. Por esse motivo, faz-se uma relação entre território e identidade, uma vez que a ocupação territorial faz parte da preservação cultural nativa. Posto isso, o capítulo se direciona a compreender como a escrita e a literatura podem ser consideradas um mecanismo de luta e de resistência, sendo primordiais para as reivindicações políticas e sociais dos povos indígenas. Então, o capítulo retoma a necessidade de narrativas indígenas na escola e a função que a instituição escolar tem de validar a questão indígena por meio de seu posicionamento. Para finalizar, é feita uma sugestão de prática pedagógica com a análise da obra *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos*, de Daniel Munduruku, e o poema “Terra Cunchã”, da escritora Eliane Potiguara.

Sendo assim, a importância do presente trabalho se dá em evidenciar a literatura indígena e a educação como recursos essenciais para modificar um cenário de violência e apagamento, pois, na atualidade, os povos indígenas continuam enfrentando atrocidades. De acordo com o Instituto Socioambiental (2023), temos o caso entre os anos de 2019 e 2022, quando o Governo Federal decretou estado de emergência na Terra Indígena Yanomami. Por meio da imprensa e das redes sociais, foram divulgadas fotos de crianças e idosos indígenas completamente desnutridos e vulneráveis, devastados por doenças e contaminação de seus territórios e recursos naturais. A principal causa dessa calamidade foi o descaso das autoridades em relação à assistência da saúde indígena, bem como a invasão garimpeira. Além desse grave acontecimento que comoveu o país, os indígenas também enfrentaram o retrocesso constitucional da tese do Marco Temporal.

De acordo com o Supremo Federal Nacional (2023), O Marco Temporal é “uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam na data de promulgação da Constituição de 1988”. Essa tese fere os direitos dos povos indígenas que ocupam o território nacional até mesmo antes da chegada dos colonizadores. Diante disso, a literatura indígena se faz cada vez mais necessária, dando voz para esses povos que lutam incansavelmente pelas suas vidas.

Uma grande conquista indígena ocorreu na data de cinco de outubro de 2023, quando o escritor indígena Ailton Krenak foi eleito como membro da Academia Brasileira de Letras (2023). Esse acontecimento enfatiza a importância da presença indígena e a reafirmação da ocupação indígena em espaços de poder, para que as transformações continuem.

## **2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**

O Brasil, país localizado na América do Sul, possui uma vasta diversidade de povos e etnias. Todavia, durante o processo de colonização, em 1500, o invasor europeu dizimou e devastou não apenas o território, mas também os povos que já habitavam o solo. À vista disso, por meio das ações dos colonizadores, os povos indígenas foram silenciados culturalmente e seu espaço na formação do Brasil foi inferiorizado.

Nesse sentido, as consequências da invasão territorial, social e cultural refletem-se na atualidade, ocasionando diversos atos de violência e preconceito contra as sociedades indígenas. Diante disso, a educação exerce um papel fundamental para a conscientização sobre os povos indígenas, permitindo que os estudantes compreendam a importância dos originários para a cultura e a sociedade brasileira.

Por intermédio da lei Nº11.645 (BRASIL, 2008), tornam-se obrigatórios o ensino e o estudo da história e da cultura indígena na Educação Básica, oportunizando a divulgação dos saberes e tradições indígenas, com o intuito de modificar um cenário de discriminação, segregação e marginalização daqueles que se consideram nativos da terra – os povos indígenas.

### **2.1 Aspectos históricos: a carta de Pero Vaz de Caminha**

Na data primeiro de maio de 1500, o escrivão Pero Vaz de Caminha encaminhou a D. Manuel I (rei de Portugal) um relato sobre os detalhes da terra recém-descoberta, denominada Vera Cruz pelos navegadores. O conteúdo descritivo feito por Pero Vaz de Caminha não condizia com os outros relatos das naus quatrocentistas. O escrivão atentou-se em comentar sobre os habitantes que se encontravam na nova terra, pois seus comportamentos e hábitos diferiam dos africanos e asiáticos. Nesse sentido, a carta tornou-se um documento importante para os historiadores e antropólogos (SILVA, 2010). Em busca de metais preciosos, os europeus notaram na nova terra a possibilidade de exploração. Então, o anúncio à Coroa de Portugal sobre a chegada a um novo mundo necessitou informar ao rei sobre os povos que já habitavam essa terra, como é descrito por Pero Vaz de Caminha:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência (CAMINHA, 1963, p.2).

O discurso de Caminha retrata os povos originários como exóticos e, por meio de uma análise física e comportamental, demonstra o choque cultural que pertencia ao cenário do Brasil durante a chegada dos portugueses. Segundo Lopes (2017), as atuais sociedades ameríndias pouco populosas não são uma representação do que havia antes de 1500 no Brasil. Os dados arqueológicos apontam que ocorreu uma grande transformação sociocultural de maneira rápida e traumática causada pelos colonizadores.

Sendo assim, por meio da análise da carta de Pero Vaz de Caminha (CAMINHA, 1963), é possível notar a presença do impacto histórico descrito na época de Cabral, visto que a proximidade entre os nativos e os portugueses pautou uma relação de poder que se estende até a contemporaneidade, enfatizando o olhar do colonizador para o colonizado, como observado no fragmento

Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata (CAMINHA, 1963, p.3).

O convívio dos portugueses com o indígena promoveu, a princípio, um relacionamento de troca, já que para os nativos, a noção de posse e de exploração da terra eram inexistentes. Entretanto, o interesse da Coroa de Portugal demonstrava que o motivo da acomodação dos europeus no território era o aproveitamento dos meios naturais e, com isso, iniciou-se a dizimação do solo e da cultura dos povos que já habitavam o Brasil.

## **2.2 As consequências da colonização e da exploração do Brasil para os povos indígenas**

Ao observar os acontecimentos que promoveram a colonização do Brasil, os povos tradicionais foram submetidos a uma essência de primitivo, o que empregaria no imaginário popular, a partir de uma visão eurocêntrica de dominação, a idealização de superioridade do colonizador. Entretanto, essa imagem do indígena moldado como bárbaro ou selvagem desconsidera a diversidade dos povos que já habitavam a terra e sua visão de mundo, pois

Se relações interétnicas que pareciam (do ponto de vista ameríndio, ao menos) ter nascido como alianças entre iguais rapidamente se transformaram em conexões de dominação profundamente desigual, isso tem pouca ou nenhuma ligação com a suposta falta de habilidade política e visão estratégica do lado indígena [...]. Além disso, é preciso levar em consideração, ainda que brevemente, as diferenças

estratégias empregadas pelos habitantes originais do Brasil- um conjunto profundamente heterogêneo de sociedades humanas [...] (LOPES, 2017, p. 202).

Ao contrário do que predomina no senso comum, a ocupação da terra não ocorreu sem luta entre os nativos e os exploradores. As demonstrações de resistência dos povos indígenas aconteceram durante todo o período de colonização do Brasil. Houve diversos confrontos entre indígenas e não indígenas, sendo que desde os primórdios, os povos tradicionais persistiram e sobreviveram às guerras, epidemias, massacres e escravidão, além da exploração desenfreada dos recursos naturais que ocasionaria consequências para todos os habitantes.

Apesar disso, a narrativa construída pela perspectiva do português originou uma visão que persiste e envolve a identidade indígena dentro de um contexto colonizador e civilizador, apagando as narrativas paralelas que relatam outros aspectos da História. Desse modo, na época colonial, o nativo foi submetido à idealização de uma nação dominada pelos europeus (THIÉL, 2012). Nesse sentido, o poder implantado pelos colonizadores viabilizou um sistema hegemônico, o que ocasionaria um paradigma sobre a história do Brasil antes de Pedro Álvares Cabral. Ademais, durante o período colonial, criou-se a ideia de um processo civilizatório, o qual apagou a cultura dos nativos.

Dessa maneira, nota-se que o europeu se denominou como superior, impondo seus valores e crenças como parâmetro para o resto do mundo, especialmente, para a América. Diante disso, a identidade do indígena foi reduzida ao silenciamento (social, político, econômico e cultural), ocorrendo a marginalização de determinadas línguas, hábitos e conhecimentos que pertenciam aos nativos. À vista disso, a noção de “descobrimento” do Brasil, perdurou até a contemporaneidade, pois a ideia de que a América era uma terra a ser descoberta consolidou uma justificativa utilizada pelos colonizadores que teriam a permissão da apropriação da terra, o que como resultado, promoveria a dizimação dos povos indígenas. Sendo assim,

não há que falar em “descobrimento”, o que houve foi um “encobrimento” por meio do violento massacre da população originária e de sua cultura, juntamente da imposição dos valores do norte ocidental. Assim, até a forma como a história é contada denota silenciamento. O termo descobrimento tem caráter eurocêntrico, tendo o europeu como centro dos acontecimentos históricos, não considerando o lado da população originária cuja existência anterior à chegada dos europeus não interessa e somente importará (mas não tanto) depois de esses povos serem descobertos, colonizados, civilizados e evangelizados (MAIA; FARIAS, 2020, p. 588).

Posto isso, diante do contexto social e político que ocasionou a ocupação do Brasil, os povos indígenas vivenciaram a dizimação e o apagamento de sua cultura. O europeu que chegou ao Novo Mundo mudou o destino do indígena, introduzindo-se como protagonista, sendo capaz de agir de forma destrutiva. O conflito gerado pelo português impactou todos os níveis da sociedade indígena, promovendo, até mesmo, uma guerra biológica, com doenças mortais para os povos originários, propagadas pelo branco (RIBEIRO, 1995).

Desse modo, as consequências do massacre causado pelos colonizadores ocasionaram para os povos indígenas diversos atos de violência, possibilitando, também, o apagamento de sua cultura, identidade e até mesmo sua língua. Nesse sentido, na atualidade, as sociedades e tradições indígenas são marginalizadas e colocadas como inferiores da formação cultural do Brasil.

### **2.3 A resistência dos povos indígenas**

É importante destacar que, independentemente do silenciamento provocado pelos colonizadores por meio da violência, os nativos sobreviveram e resistiram. Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 896 mil pessoas se declaravam ou se consideravam indígenas. Além disso, a pesquisa apontou que há 274 línguas faladas por indivíduos que pertencem a 305 etnias diferentes. Todavia, os valores culturais dos povos tradicionais sofreram uma aniquilação por meio da supremacia imposta pelo dominador europeu, que constituía uma sociedade organizada politicamente por uma única entidade e era formada por uma religião missionária, o que influenciou intensamente o futuro daqueles que foram dominados pelo colonizador (RIBEIRO, 1995).

Dessa forma, as influências dos europeus no modo de existir dos povos indígenas desconsideraram a diversidade e contribuições culturais dessas etnias, colocando sob os povos originários uma política de dominação, principalmente, por meio da língua e da religião. Entretanto, é necessário atentar-se ao movimento de resistência dos povos nativos, buscando preservar sua identidade desde os primórdios, pois

frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como besta de carga (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Nesse sentido, uma ideologia sobre o domínio do europeu se prolongou e estimulou a discriminação e a negação do outro, especialmente, para a cultura indígena, que foi julgada pelos padrões europeus quando, na verdade, os colonizadores apenas ditavam quais crenças e costumes poderiam ser validados. Conseqüentemente, a resistência dos povos indígenas foi necessária para dar continuidade aos conhecimentos oriundos desses povos e etnias, considerando a diversidade e pluralidade de sentidos que compõem a nação brasileira descendente dos originários.

#### **2.4 A representação do indígena na sociedade brasileira**

Ao analisar a formação do Brasil, destaca-se a não aceitação dos povos indígenas enquanto parte da história do país, pois por meio de ideologias impregnadas na sociedade brasileira, criou-se um estereótipo construído e fundamentado pelo etnocentrismo europeu, que coloca o nativo como sub-humano, reduzindo-o, promovendo, assim, a degradação daqueles que se consideram indígenas. Dessa forma, o estereótipo estabelecido ao indígena produziu uma imagem que não condiz com a realidade, originando um processo de homogeneização que generaliza as características dessa etnia. Esses obstáculos não possibilitam reconhecer a diversidade e as vozes dos povos tradicionais, bem como a sua contribuição para a cultura brasileira. Assim, é importante destacar que

Embora a presença dos grupos indígenas no cenário brasileiro marque sua existência enquanto grupos culturalmente diferenciados, eles também são representados, são “lidos” e “moldados” por uma série de discursos que os apreendem e os estruturam. Estes discursos e/ou representações nem sempre estão livres de estereótipos e/ou preconceitos (MANCINI; TROQUEZ, 2009, p. 183).

A partir disso, no imaginário popular, a figura do indígena foi estigmatizada, sendo resultante de um longo processo histórico que implementou o europeu como o principal influenciador nas raízes da formação da nação brasileira. Dessa maneira, o indígena foi submetido a um lugar de inferioridade, sendo dominado pelos pré-conceitos instalados no senso comum. Esse espaço de inferioridade é estruturado por meio da precariedade imposta aos indígenas, pois é possível dizer que a violência vivenciada por esses povos ocorre, principalmente, devido ao preconceito e à discriminação. Sendo assim, a luta dos povos indígenas se instalou em todos os âmbitos políticos e sociais, visando modificar os paradigmas que viabilizam a falta de direito desses povos enquanto cidadãos.



## 2.5 A luta pelos direitos dos povos indígenas

A luta e a garantia pelos direitos dos povos indígenas ocorrem intensamente na história do Brasil. Entretanto, os avanços que promoveram e permitiram a participação dos indígenas na sociedade e as mudanças e rupturas estabelecidas constitucionalmente ainda estão em curso. A FUNAI (Fundação Nacional dos Povos indígenas), importante órgão que atua juntamente ao Governo Federal, trabalha por meio de ações que promovem o reconhecimento das organizações sociais, os costumes, as tradições e as línguas dos povos indígenas, bem como a demarcação das terras ocupadas pelos povos tradicionais. Assim,

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (FUNAI, 2020).

Desse modo, procurando avanços atrelados aos direitos dos povos indígenas, em 1973, foi desenvolvido *O Estatuto do Índio*, pela lei Nº 6.001 (BRASIL, 1973), que tinha como objetivo regularizar o processo de demarcação de terras indígenas e conservar os direitos desses povos. Dessa forma, dispõe sobre o Estatuto do Índio: “Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (BRASIL, 1973).

Todavia, apesar do progresso das discussões referentes às situações dos povos indígenas no Brasil, o Estatuto do Índio não foi suficiente para dar suporte às populações indígenas, promovendo “um grande retrocesso no que tange a proteção aos indígenas. Durante este período eles sofreram uma dura política integracionista e foram tratados de maneira injusta e preconceituosa nos referidos Códigos” (LIBERATO; GONÇALVES, 2013, p. 97).

Posto isso, para dar continuidade aos procedimentos jurídicos que permitem a defesa dos direitos dos povos indígenas, a Constituição Federal de 1988 foi um importante documento que contribuiu para a redemocratização do Brasil e, com isso, possibilitou a intensa participação dos nativos, viabilizando leis de preservação da cultura indígena. Dessa forma,

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico no que tange os direitos dos índios, pois a partir dela foi estabelecido um novo relacionamento entre Estado e povos indígenas. A estes foi garantido o direito ao que os define como índios, como sua linguagem e tradição. Desta maneira a atual Constituição é um avanço, sendo que revolucionou o posicionamento jurídico, uma vez que pela primeira vez ficou

assegurado o direito de ser índio e se rompeu com as Políticas Integracionistas (SOUZA FILHO, 1998, p. 107 *apud* LIBERATO; GONÇALVES, 2013, p. 102).

Sendo assim, é importante destacar que as políticas interacionistas pretendiam integrar os nativos à sociedade brasileira, mas não promoviam a existência do indígena enquanto protagonista de sua cultura. No entanto, a Constituição Federal de 1988 proporcionou uma evolução da participação do indígena na sociedade brasileira. Apesar disso, as ações governamentais ainda são precárias para a garantia dos direitos dos originários, tendo em conta que a presença dos povos tradicionais do Brasil vai além da demarcação de terras e que o cumprimento das leis deve levar em consideração a pluralidade da visão de mundo dos indígenas. Dessa maneira, é primordial destacar que

As demarcações são a principal reivindicação dos povos indígenas, mas não são o fim de seu movimento, que é a territorialidade. O Estado sempre foi e ainda é contra o movimento, pois os índios sempre foram vistos a partir da dicotomia de isolados ou integrados à comunhão social (LIBERATO; GONÇALVES, 2013, p. 105).

Nesse sentido, vale dizer que é dever do Governo Federal reconhecer as demandas dos povos indígenas enquanto pertencentes à sociedade brasileira, viabilizando recursos para promover a cultura indígena em sua autenticidade. Segundo Potiguara (2019), trezentos milhões de povos indígenas em todo território mundial lutam e buscam pela defesa de sua identidade, agindo politicamente, participando de fóruns nacionais e internacionais. Diante disso, é importante ressaltar que, ao abordar a temática dos povos indígenas no Brasil, é necessário discorrer a respeito da constante luta em busca de equidade, o que envolve a resistência dos povos tradicionais. Com isso, também é primordial informar a população brasileira sobre os direitos institucionais dos povos indígenas, uma vez que deve ser garantida a existência social e cultural dessas sociedades.

## **2.6 O papel da educação para a valorização dos povos indígenas**

É fundamental analisar como os povos indígenas são representados na educação do Brasil, pois, para o reconhecimento e valorização dos povos indígenas enquanto pertencentes à sociedade brasileira, a educação exerce um papel primordial, buscando desenvolver uma aprendizagem que assegura a diversidade e equidade. Entretanto, por meio da construção ideológica colonial, firmou-se uma educação eurocêntrica, de modo que é possível notar o protagonismo do colonizador europeu. Por isso, é necessário examinar como que essa educação

colonial influencia na formação dos cidadãos brasileiros e nas relações étnico-raciais no Brasil, analisando as políticas educacionais implantadas. Dessa forma, observa-se que

A necessidade de tais políticas está diretamente relacionada à constatação empírica de que as relações étnico-raciais historicamente mantidas em nossa sociedade são produtoras, por um lado, de privilégios para determinados grupos sociais (brancos descendentes de europeus), e por outro lado, instituiu e mantém desigualdades, discriminações e marginalizações para outros grupos (não-brancos, afrodescendentes, indígenas, ciganos, etc) (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012, 2014; BENTO; CARNO, 2022 *apud* NOGUEIRA; GUZZO, 2017, p. 411).

Nesse sentido, a lei Nº 10.639 (BRASIL, 2003) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, considerando a contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira, bem como sua influência nas áreas sociais, econômicas e políticas. Posteriormente, a lei Nº 11.645 (BRASIL, 2008) incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura indígena. Desse modo, ao observar a lei institucionalizada, nota-se a importância de abordar a respeito da relevância dos povos africanos e indígenas para o Brasil. Sendo assim, a lei preconiza que os conteúdos ministrados devem ser trabalhados, especialmente, nos âmbitos de educação artística, literatura e história brasileira. Todavia, é preciso analisar como o currículo é organizado, atentando-se à necessidade do reconhecimento das influências desses povos étnicos. Posto isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) ressalta a lei Nº 11.6045 (BRASIL, 2008) citando que o ensino

incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 1996, p. 21).

Ademais, destaca-se o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2012). O Plano foi desenvolvido como um documento pedagógico, com o objetivo de orientar os sistemas de ensino e as instituições na implementação das leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008). Sendo assim, o documento possui seis Eixos Estratégicos que pretendem contribuir para a aplicação das leis, a saber

1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e Monitoramento e 6) Condições institucionais (BRASIL, 2012, p.28).

Assim, nota-se que o documento preconiza, por meio de objetivos e estratégias, a implementação das leis, enfatizando a pretensão de “transformar as ações e programas de promoção da diversidade e de combate à desigualdade racial na educação em políticas públicas de Estado” (BRASIL, 2012, p. 28). Observa-se os esforços para implementar o ensino da cultura e história indígena na Educação Básica. Entretanto, essa implementação vai além da aplicabilidade das leis, pois também é necessário viabilizar essa temática na formação dos professores e no currículo escolar.

## **2.7 Como os povos indígenas são representados na BNCC**

Ao observar as leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e as demais mobilizações para instituir na educação o reconhecimento dos povos africanos e indígenas, é necessário analisar o currículo implementado nas escolas. Sendo assim, precisa-se observar de que forma a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) aborda esse tópico, pois esse documento normativo estipula o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes necessitam desenvolver ao longo das mobilidades e etapas da Educação Básica (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, nota-se a relevância da BNCC (BRASIL, 2018) para a aplicabilidade das leis que promovem o estudo da cultura e história indígena e africana. Diante disso, a Base salienta a importância de desenvolver um currículo com foco na equidade, enfatizando um compromisso de modificar a marginalização desses grupos étnicos. Com isso, é essencial analisar como o documento se posiciona perante às questões dos povos indígenas. No componente curricular de Língua Portuguesa, na etapa do Ensino Fundamental, são evidenciados os multiletramentos como forma de considerar a diversidade cultural. Dessa forma, nota-se que a BNCC (BRASIL, 2018) objetiva considerar a expansão do repertório dos estudantes por meio do contato com o diferente. Desse modo, o documento cita a diversidade cultural linguística do país, pois

cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira (BRASIL, 2018, p. 70).

Posto isso, a Base discorre sobre o direito linguístico que deve ser promovido no Brasil, um país de intensa diversidade e de diversas comunidades de falantes de diferentes línguas. Então, o documento complementa que municípios brasileiros cooficializaram línguas indígenas – como o tukano, guarani, macuxi, entre outras, entendendo-se que essa diversidade deve ser reconhecida no espaço escolar, considerando a vulnerabilidade de grupos linguísticos, uma vez que

é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura (BRASIL, 2018, p. 70).

Posteriormente, os povos indígenas são citados na habilidade EF67LP28, que determina “ler, de forma autônoma, e compreender [...] romances infantojuvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas”. (BRASIL, 2018, p.169). Nessa perspectiva, nota-se que os estudantes do Ensino Fundamental II entram em contato com a narrativa indígena por meio do gênero textual lenda, indicando a forma como os povos originários são abordados nessa etapa escolar no componente curricular de Língua Portuguesa. Adiante, o ensino de Arte é determinante para o reconhecimento das influências dos povos indígenas, pois a BNCC (BRASIL, 2018) aponta como uma competência específica desse componente curricular: “explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades” (BRASIL, 2018, p. 198).

Sendo assim, as habilidades que aplicam essas atribuições são EF15AR25 (BRASIL, 2018, p. 203) e EF69AR34 (BRASIL, 2018, p. 211), que sintetizam a relevância da valorização do patrimônio cultural, material e imaterial de culturas diversas, incluindo as matrizes indígenas, favorecendo o desenvolvimento de um repertório artístico variado. Desse modo, destaca-se a importância para os alunos de conhecer e valorizar o patrimônio cultural, compreendendo sua contribuição para a construção da identidade das sociedades indígenas e não indígenas. Assim, entende-se que os bens culturais materiais e imateriais auxiliam os professores a elaborem atividades que possam transmitir os saberes indígenas, possibilitando aos estudantes o contato com a cultura dos povos nativos de forma crítica e criativa. (COSTA; SILVA, 2018).

O componente curricular História também demanda uma atenção à temática dos povos indígenas, considerando que esse componente possibilitará o reconhecimento das influências dos povos originários para a formação cultural brasileira. Além disso, por meio de um ensino voltado para a temática indígena, será possível identificar o estereótipo e o preconceito presente na sociedade brasileira. Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) apresenta a necessidade de defender o estudo das populações indígenas e africanas como pertencentes à história do Brasil. O documento também salienta que por meio do estudo dessas sociedades, os estudantes compreenderão que há outros referenciais de conhecimento além dos moldes da colonização europeia (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, segundo a BNCC (BRASIL, 2018), o ensino de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental pretende contemplar a construção do sujeito, demonstrando aos estudantes a existência do “Eu” e do “Outro”. Desse modo, o reconhecimento do “Outro” comunica que cada um pode compreender o mundo de forma única. A temática indígena, portanto, tem sua relevância porque possibilita ao aluno a identificação de processos sociais e históricos, por meio de uma perspectiva diferente, como especificado na habilidade

(EF03HI03) identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes (BRASIL, 2018, p. 411).

Em sequência, nos anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC (BRASIL, 2018) salienta que as temáticas indígena e africana ganham realce além do tópico da escravidão, mas que “ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX” (BRASIL, 2018, p. 417). Diante disso, destaca-se a habilidade

(EF09HI26) discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas (BRASIL, 2018, p. 431).

Percebe-se que essa habilidade promove a conscientização do preconceito existente na sociedade brasileira perante às minorias. Sendo assim, a temática indígena na escola acrescenta aos estudantes a possibilidade de refletir a respeito dos processos sociais, políticos e históricos que colocaram o indígena como submisso. Segundo Costa e Silva (2018), o método

do colonizador europeu, que desconfigurou a imagem do indígena, justificou a escravidão, a catequese e, até mesmo, o extermínio. Posteriormente, a representação estilizada dos povos indígenas foi prolongada até a contemporaneidade, oportunizando um lugar desmerecido na formação do povo brasileiro, todavia, o contato com os saberes indígenas desmitifica essa imposição história aos originários.

Diante disso, a questão dos povos indígenas na BNCC (BRASIL, 2018) estende-se ao Ensino Médio. Inicialmente, observa-se que a Base preconiza o ensino da história do Brasil, considerando as contribuições das matrizes indígenas, africana e europeia. Além disso, destaca o ensino da “[...] história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 2018, p. 476). Por conseguinte, percebe-se que o componente curricular Língua Portuguesa, no Ensino Médio, contempla o estudo da literatura indígena. Dessa forma, atenta-se que para a BNCC (BRASIL, 2018), a literatura tem um papel de enriquecer a percepção de mundo dos estudantes e, ainda, permite aprimorar a capacidade de ver e de sentir. Posto isso, o documento cita “a inclusão de obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais – em especial da literatura portuguesa –, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea e das literaturas indígena, africana e latino-americana” (BRASIL, 2018, p. 500).

Desse modo, ao analisar a maneira como é trabalhada a temática indígena por meio da literatura, é necessário destacar a função da literatura como transmissora dos saberes indígenas e de suas tradições. Segundo Thiél (2012), ler obras literárias indígenas problematiza e desconstrói o molde em que o indígena foi colocado historicamente. Além disso, os professores da Educação Básica devem aprimorar seus estudos em relação a esses conhecimentos, uma vez que contribuirão para a formação de leitores críticos, promovendo uma educação direcionada para a cidadania. Para isso, os professores de Literatura devem atentar-se ao ensino da cultura indígena, como forma de difundir os saberes dos povos nativos. Dessa forma, pode-se dizer que

A literatura brasileira é constituída por muitas literaturas, por inúmeras culturas e vozes, tais como as indígenas. Estas merecem ser inseridas nos estudos promovidos na escola como forma de conhecimento e inclusão do outro, prática de multiletramentos (especialmente letramento literário, informacional e crítico) e de leitura de multimodalidades textuais (THIÉL, 2012, p. 12).

A respeito disso, ao analisar a BNCC (BRASIL, 2018), percebe-se a tentativa de promover um ensino focalizado na desconstrução da narrativa europeia, valorizando os conhecimentos dos povos indígenas. Entretanto, apenas a formalização dos conteúdos

necessários para a aprendizagem dos alunos não é garantia para uma abordagem da temática indígena de maneira correta, pois a formação do professor, o material didático e o posicionamento da escola sobre esse tema também são primordiais.

## **2.8 A formação do professor**

A formação do professor e a utilização de um material didático que valorize a temática indígena são de suma importância, pois a forma como esse tema será trabalhado em sala de aula depende do conhecimento do docente e das referências propostas pelos materiais utilizados no espaço escolar. Sendo assim, é relevante dar continuidade para a pesquisa referente a esse tópico, possibilitando que as escolas se posicionem em busca de um ensino que reforce a equidade, tornando evidente a existência do indígena para além do dia 19 de abril. Posto isso, pode-se dizer que

A lei Nº 11645/2008 exige que professores da Educação Básica no Brasil conheçam, reconheçam, aprendam, valorizem e divulguem a história e as culturas indígenas, mobilizando distintos conteúdos dos diversos componentes escolares. A questão que se faz urgentemente ser respondida é: como realizar tal empreendimento se por muito tempo os índios se fizeram presentes no ambiente escolar apenas no mês de abril, quando se comemora o “Dia do Índio”, no dia 19? Aliás, muitos sequer sabem por que essa data é dedicada aos indígenas (COSTA; SILVA, 2012, p. 68).

Diante dessa reflexão, destaca-se a mobilização das sociedades indígenas em busca dos seus direitos institucionais e a constante luta da desconstrução da narrativa estereotipada e preconceituosa presente no Brasil. Por meio do olhar colonizador, os indígenas foram moldados como “não civilizados”, abreviados como um povo só. A pluralidade, a diversidade e as diferentes formas de ver e sentir o mundo foram desconsideradas e aquelas que já habitavam o território brasileiro, por muito tempo, não tiveram a chance de contar o seu lado da história.

Dessa forma, apenas a lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008) não é suficiente para a mudança de todo um paradigma histórico e social. Entretanto, a lei coloca em questionamento um conjunto de práticas pedagógicas expostas aos alunos e professores da Educação Básica, que reduzem a história e cultura indígena ao exótico e ao folclore. Ademais, há a oportunidade da interdisciplinaridade, que pode despertar interesse nos discentes e nos docentes pelos conhecimentos indígenas, que são camuflados e silenciados dentro e fora da escola (COSTA; SILVA, 2012).



Percebe-se que há uma estigmatização e problematização em torno da questão indígena no Brasil. Esses obstáculos históricos, políticos e sociais refletem na educação, que possui um papel crucial para a mudança desse quadro. As leis e documentos institucionalizados são um avanço para a modificação da condição dos povos indígenas, porém, ainda há muito a ser discutido e analisado. Nota-se que, na BNCC (BRASIL, 2018), os povos originários são vistos e colocados como diferentes, distintos e distantes. Nesse sentido, é função dos professores e alunos reconhecer e valorizar os saberes indígenas por meio de uma educação focada em reparar uma dívida histórica, que busca pelo pertencimento dos povos indígenas levando em consideração todos os aspectos culturais dessas sociedades.

Segundo Pachamama (2020), é necessário defender que a história dos originários seja escrita por eles, considerando esse lugar de inferioridade e passividade, construído historicamente. Dessa forma, o lugar dos povos indígenas é para além do seu protagonismo enquanto integrante da cultura brasileira, mas também na História, na Ciência, na Biologia, na Geografia e em várias outras áreas. Posto isso, a presença dos povos originários do Brasil ultrapassa o imaginário consolidado pelo Brasil Colônia. A dizimação e o extermínio são apenas uma parte da história dos povos indígenas – uma parte que deve ser considerada. Entretanto, é fundamental resignificar e reconhecer os saberes indígenas como constituintes do Brasil.

### **3 A LITERATURA COMO MEIO DE PROPAGAÇÃO DOS SABERES E TRADIÇÕES INDÍGENAS**

Em meio à dizimação e ao apagamento dos povos indígenas, a literatura surge como um resgate dos saberes dos povos originários. Por intermédio da escrita, os povos nativos divulgam conhecimentos e preservam identidades. Dessa forma, identificar o poder da literatura como reconhecimento do outro é primordial para compreender os alicerces da literatura indígena. Nesse sentido, destaca-se que a atuação do indígena como escritor conecta o leitor a um universo de tradições e ancestralidade.

Por isso, ter acesso à literatura indígena é compreender “quem são” os povos nativos, suas narrativas, suas visões de mundo e seus sentimentos, distinguindo-se da perspectiva e da posição eurocêntrica. As obras literárias indígenas vão ao encontro da valorização da diversidade e se relacionam com os Direitos Humanos (ONU, 1948), considerando que a literatura pode ser vista como um bem essencial à humanidade. Assim, pode-se dizer que

Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo (CANDIDO, 2011, p. 177).

Em direção a isso, é primordial ressaltar a literatura indígena como instrumento de mudança para o cenário de discriminação e preconceito em torno dos povos indígenas. Sendo assim, por meio da literatura, os povos indígenas sustentam seu posicionamento no mundo e suas vozes. Posto isso, é fundamental analisar como a literatura indígena se constituiu e como fundamenta um movimento de ativismo e de resistência.

#### **3.1 A importância da cultura e tradição indígena para a formação do Brasil**

Em 1940, no México, ocorreu o Congresso Indigenista Interamericano, que reuniu líderes indígenas de diversas partes da América para discutir e zelar pelos direitos dos povos indígenas. A partir desse evento, no Brasil, durante o Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas sancionou a lei Nº 5.540 (BRASIL, 1943) que decretou o “Dia do Índio”. Desde então, a data 19 de abril é dedicada à manutenção histórica da cultura dos povos nativos (UFSC, 2023).

Todavia, a palavra “índio” surgiu de maneira errônea e não representa a diversidade e pluralidade dos povos indígenas, especialmente no Brasil. A palavra “índio”, idealizada pelo colonizador europeu, instalou um estereótipo para as populações indígenas, que foram generalizados e atribuídos como uma única forma de viver e pensar.

Segundo Costa e Silva (2018), o termo “índio” não é capaz de traduzir as diferenças entre os povos indígenas, que possuem modos distintos de coexistir, dessa forma, os termos “povos” e “sociedades” são essenciais para caracterizar uma coletividade e diversidade. Sendo assim, a palavra “indígena” também cumpre o papel de dar representatividade para aqueles que se consideram nativos e originários da terra. Com isso, na data 8 de julho de 2022, o Congresso Nacional revogou o decreto Nº 5540 (BRASIL, 1943) e instituiu o “Dia dos Povos Indígenas” por meio da lei Nº 14.402 (BRASIL, 2022). É importante destacar que a data comemorativa vai além de promover uma reflexão acerca da questão indígena no Brasil. Para isso, é necessário reconhecer e valorizar a cultura e tradição desses povos que contribuem para a formação do povo brasileiro (UFSC, 2023).

Por conseguinte, percebe-se que ao analisar historicamente a presença dos povos indígenas, é comum regressar a um passado de dizimação e violência. Por esse motivo, a história da formação social e cultural do Brasil é difundida a partir da chegada dos colonizadores, mantendo o momento anterior apagado e esquecido. Sendo assim, pode-se dizer que “na investigação dos eventos pré-coloniais, estudos de diferentes áreas do conhecimento buscam inúmeros vestígios arqueológicos e paleontólogos deixados pelas culturas antigas, numa tentativa de reconstrução do passado (COSTA; SILVA, 2018, p. 13).

Portanto, reconstruir o passado é uma forma de compreender os alicerces e a origem do povo brasileiro, sendo essencial reconhecer as influências dos povos indígenas e suas contribuições culturais, sociais e políticas para a nação brasileira. Para isso, a divulgação dos saberes, conhecimentos e tradições indígenas são de suma importância, visando alterar um status de inferioridade e silenciamento.

### **3.2 A valorização da diversidade**

Ao longo da história, as consequências do massacre produzido pelos colonizadores geraram uma invasão não apenas territorial e cultural, mas também ideológica. A identidade dos povos e civilizações indígenas foram reduzidas e estigmatizadas. Dessa forma, os “índios” foram categorizados como “selvagens”, “preguiçosos”, “não evoluídos” e “canibais”.

Nessa perspectiva, o desconhecimento e a estigmatização direcionadas a esses povos não possibilitaram a validação da diversidade presente no Brasil, um país pluriétnico, com diferentes visões de mundo e formas de viver. Além disso, a dizimação dos nativos provocou um processo de apagamento dos seus elementos culturais e sociais, com a intenção de “civilizar”, buscando métodos para o rompimento de seus costumes e tradições. Portanto, pode-se dizer que

A caracterização das representações indígenas, calcada em imagens e adjetivos pejorativos, perpassou o período colonial, adentrou o monárquico e prevaleceu no republicano. Contextualizados historicamente por mais de cinco séculos, ainda hoje, os estereótipos e as estilizações do indígena colocam-no em um lugar desmerecido e menor na formação do povo brasileiro (COSTA; SILVA, 2018, p. 19).

Ademais, é necessário analisar o discurso histórico da formação do Brasil, pois sabe-se que além dos esforços dos pesquisadores e dos historiadores para compreender como era o Brasil antes da chegada dos portugueses, há uma romantização em relação aos processos de colonização. A maneira como são descritos os eventos do Brasil Colônia configuram um disfarce para os atos de violência causados pelos colonizadores. Todavia, dar protagonismo aos povos indígenas é recriar a história, elucidando os acontecimentos de 1500.

Por esse motivo, propagar os conhecimentos dos povos indígenas permite trazer consciência sobre a diversidade, além de desmascarar e desmistificar um estereótipo concretizado por um longo processo histórico. Nessa direção, vale dizer que há inúmeros avanços nas pesquisas sobre a historiografia da formação do Brasil, com o objetivo de concretizar o protagonismo dos povos indígenas, uma vez que esses povos representam o Brasil culturalmente, em grande parcela. Essas narrativas voltadas para o olhar do indígena promovem uma nova concepção histórica e ocupam o lugar do enredo eurocêntrico, pois

Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, grosso modo, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam (ALMEIDA, 2010 *apud* ALMEIDA, 2017, p. 18-19).

Sendo assim, é possível afirmar que a historiografia brasileira moldada pela visão dos povos indígenas, juntamente com o seu protagonismo, permite observar um outro lado da história. Entretanto, essa nova narrativa ainda é restringida, à medida que as mudanças

necessárias para evidenciar os acontecimentos de 1500 e o percurso das questões indígenas no Brasil ainda perpassam pelo estereótipo idealizado no imaginário popular.

Esse estereótipo foi estruturado pela reprodução de preconceitos nas escolas, nos livros didáticos e nos veículos de comunicação. Em direção à mudança, é preciso reinterpretar a formação do Brasil e recriar os acontecimentos do período colonial, para que a sociedade brasileira tome consciência e parta de uma romantização para a realidade, conhecendo, assim, quem são os povos indígenas do Brasil. Dessa forma, esse processo de ressignificação resultará na legitimação da diversidade e da pluralidade presentes no território brasileiro. Nesse sentido, afirma-se que “há, pois, uma riquíssima diversidade sociocultural presente no país e conhecê-la significa, entre outras coisas, aprender mais sobre múltiplas formas de organização social, política, cosmológica, etc.” (COSTA; SILVA, 2018, p. 20-21).

Desse modo, é possível constatar que o reconhecimento da diversidade é essencial para compreender os alicerces da formação do Brasil e, nessa perspectiva, os povos indígenas contribuem inquestionavelmente para o país. Posto isso, evidencia-se que a valorização da diversidade se encaminha para o exercício da cidadania. Com isso, percebe-se que além da diversidade cultural, há também uma vasta diversidade linguística, entretanto, é idealizada pelos brasileiros uma crença de um país monolíngue e de uma única cultura, esse pensamento é sustentado pela ideia de considerar as línguas indígenas como “distantes” e “exóticas” (LARAIA, 1986 *apud* SEKI, 2020).

É importante destacar que, no processo de ocupação territorial, as línguas indígenas também foram dizimadas. Em uma tentativa de doutrinação, os povos indígenas entraram em contato com a língua do europeu, sendo forçados a aprendê-la. A dominação do europeu por meio da exclusão e do extermínio linguístico ocorreu forte e rapidamente. Esse método de apagamento linguístico também resulta em um processo de apagamento da identidade, considerando que a língua promove a interação do indivíduo com o mundo. Dessa forma, pode-se dizer que a língua é um importante elemento cultural “porque a língua se integra no indivíduo e fica sendo o meio permanente do seu contacto com o mundo extralinguístico, com o universo cultural que o envolve, de tal sorte que se cria uma associação íntima entre o símbolo linguístico e aquilo que ele representa” (CÂMARA, 1965 *apud* SEKI, 2020, p. 234).

Nesse sentido, a partir do apagamento linguístico e de diversos elementos culturais, os povos indígenas sofreram a invalidação do direito de existir no Brasil. Além disso, o não reconhecimento da diversidade propaga o preconceito e a discriminação. Desse modo, é necessário promover a divulgação dos saberes indígenas e cultivar políticas públicas para mudar esse cenário, gerando a consolidação da existência indígena no Brasil.

### 3.3 Povos indígenas e os Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, procurou consolidar o exercício do respeito e da liberdade para todos os povos e nações. Esse documento considera os direitos essenciais para o ser humano e o fortalecimento da dignidade (ONU, 1948). Assim, nota-se a mobilização dos países e organizações para promover uma vida mais justa, visando à erradicação da violência e à solidificação da igualdade. Dessa forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948, p. 1).

Nesse sentido, ao observar o documento, observa-se a busca pela proteção à vida e a preservação da paz e da justiça. Torna-se crucial enfatizar que ao tratar da questão indígena no Brasil, é fundamental falar sobre Direitos Humanos, uma vez que esses povos e etnias possuem direitos, assim como todas as sociedades existentes no mundo. Em 2002, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) reafirmou seu compromisso com os Direitos Humanos e proclamou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002). Dessa forma, os artigos e passagens desse documento procuram salientar a importância da cultura e da diversidade cultural como um patrimônio da humanidade. A partir disso, destaca-se

**Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade**

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 3).

Ao analisar o primeiro artigo da Declaração, percebe-se a importância da manifestação da diversidade. Nesse sentido, como é observado na passagem, a diversidade é constituída por meio da pluralidade e originalidade. Ademais, é evidenciada a necessidade da consolidação e reconhecimento das diversas expressões culturais. Sendo assim, no território brasileiro, os povos indígenas são detentores de variadas tradições culturais. Dessa forma, vale dizer que

As populações indígenas na Amazônia brasileira representam aproximadamente 40% do total do país. Não apenas a quantidade, mas a diversidade étnica presente nessa região do Brasil, chama a atenção. São diferentes povos falando línguas distintas, além da língua portuguesa, e vivenciando culturas e tradições transmitidas há gerações (COSTA; SILVA, 2018, p. 29-30).

A presença do indígena na sociedade brasileira e a preservação de seus aspectos culturais promovem a diversidade e o firmamento dos Direitos Humanos, bem como o direito da existência por meio da manifestação de sua identidade e cultura. Portanto, é primordial salientar que, historicamente, os povos indígenas sofreram um apagamento de seus elementos tradicionais. Nesse sentido, a Declaração sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) certifica-se da garantia da diversidade cultural como um direito

Artigo 4 – Os direitos humanos, garantias da diversidade cultural

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance (UNESCO, 2002, p.3).

Isso posto, também é necessário frisar que, além da valorização da diversidade, os Direitos Humanos são direcionados ao combate da violência. Os povos originários resistem e resistiram a diversos tipos de violência, desde invasões territoriais a preconceitos. Observa-se, portanto, que esses atos de desumanidade são intrínsecos à historiografia brasileira, como observado em

Muitas famílias indígenas foram separadas pelas invasões estrangeiras. Invasões do passado, invasões do presente, invasões do futuro. No passado, as frentes de expansão econômica, as frentes missionárias e as frentes de atração eram as causas das transformações sociais das populações indígenas. Varicela, escarlatina, varíola, sarampo, gripe e tuberculose, em 1763, fizeram 7.414 vítimas! O padre Fernandez escreveu, em um de seus relatórios, que os portugueses e os mamelucos de São Paulo tinham assassinado, em 130 anos, 2 milhões de índios Guarani (POTIGUARA, 2019, p. 23).

Desse modo, verifica-se que as atrocidades contra os povos indígenas são construídas historicamente, pautadas pela relação de poder entre os europeus e indígenas. A partir disso, é possível analisar a recorrência desses atos de violência ainda na contemporaneidade – o que fere os Direitos Humanos e a valorização da diversidade. Segundo dados de 2021, do relatório titulado Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as invasões das terras indígenas tiveram um

aumento, promovendo uma ofensiva contra os direitos dos povos originários em meio a um contexto de violência, visto que

Ao longo dos últimos anos, temos denunciado no relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil o dramático aumento dos crimes contra as pessoas indígenas, contra o patrimônio dos povos originários, suas terras e o meio ambiente. Denunciamos que os direitos indígenas são sistematicamente violados, que os territórios dos povos originários têm sido invadidos e depredados, que têm sido queimadas as florestas, violentados e brutalizados os corpos indígenas e suas culturas (POLOSCHI, 2021, p. 11).

A promoção dos Direitos Humanos, visando à dignidade e à igualdade, possibilita reconhecer as atrocidades cometidas contra os povos originários. No Brasil, devido a um processo histórico e cultural, a violência esteve presente e agrediu o direito de existência dos povos indígenas. Por esse motivo, é essencial divulgar e transmitir as vozes indígenas – por meio do protagonismo dos nativos – que têm o direito de contar o seu lado da história. A literatura cumpre esse papel como propagadora dos conhecimentos e tradições indígenas.

### **3.4 Direito e função da literatura e a literatura indígena como ferramenta de combate ao silenciamento e discriminação**

A literatura pode ser vista apenas como um texto de ficção, todavia, os fenômenos literários estão presentes na sociedade e, para que haja uma compreensão significativa do que é a literatura, é necessário internalizar questões culturais, sociais e política, bem como estabelecer uma visão crítica referente ao universo literário. Segundo Compagnon (2009), a literatura deve ser estudada porque possibilita um meio de expressão, ou seja, é uma forma de transmitir a experiência do outro, sensibilizando o próximo aos valores e condições expostos naquela determinada realidade distante no tempo e espaço. Nesse sentido, é necessário estabelecer uma relação entre a literatura e os Direitos Humanos (ONU, 1948).

Como analisado, os Direitos Humanos (ONU, 1948) pretendem evidenciar a dignidade humana, a igualdade e a justiça, bem como o respeito à diversidade. Dessa forma, a literatura pode ser vista como um bem essencial à humanidade, pois a manifestação literária é primordial para as sociedades. De acordo com Candido (2011), a literatura pode ser colocada como uma expressão universal, dado que todo homem necessita de contato com algum tipo de fabulação. Desse modo, pode-se dizer que analisar a literatura significa analisar os aspectos sociais e culturais de quem a produziu. Por esse motivo, o texto literário fornece informações



das convicções e valores dessa determinada sociedade, visando frisar sua presença no mundo. Assim, a literatura é considerada um direito essencial a humanidade, pois

podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a Literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente (CANDIDO, 2011, p. 175).

Dessa maneira, a literatura é indispensável para a promoção e a viabilização dos Direitos Humanos (ONU, 1948), sendo determinante como fonte de conhecimento das civilizações. Diante disso, devido à sua relevância, a literatura deve ser utilizada como instrumento de educação, considerando sua função de compreensão do outro. Afinal, conforme afirma Candido (2011), os valores sociais estão presentes nas manifestações poéticas e ficcionais, tornando a literatura instrumento de exposição, denúncia, extermínio ou defesa de maneira dialética. Desse modo, a literatura pode ser vista como um elemento importante para a formação humana.

Nesse sentido, as sociedades indígenas, por meio da literatura, pretendem divulgar e propagar seus conhecimentos e tradições, a fim de conscientizar os leitores sobre sua identidade e existência no mundo. Segundo Terena (2020), a função da literatura indígena é traduzir as mensagens ancestrais dos povos e comunidades indígenas e expressar as visões, lendas e sonhos indígenas como saberes milenares, não apenas como algo efêmero e passageiro, ou seja, afirmar o compromisso com as realidades indígenas.

Por esse motivo, é necessário autenticar a literatura indígena como instrumento de resistência e de ativismo dos povos originários. A escrita literária indígena permite que os leitores reconheçam e compreendam o mundo pelos olhares dos nativos, uma vez que a literatura possibilita adentrar no universo social e político do outro. Como consequência, a leitura de narrativas indígenas combate o silenciamento e o estereótipo produzido desde os primórdios do Brasil Colônia. Além disso, é possível identificar como esse tipo de literatura se desconecta do enredo eurocêntrico, demonstrando a forma pela qual o relato do colonizador descaracterizou o nativo. Diante disso, nota-se que esse relato reflete na contemporaneidade, pois existe

uma sociedade moderna e tecnologicamente avançada, sem qualquer espírito de relação saudável consigo mesma e com os diferentes, sejam brancos, negros e índios, formando uma sociedade do futuro sem equilíbrio social e ambiental e, com isso, sem compromisso com as mulheres, os jovens ou idosos (TERENA, 2020, p. 102).

Constata-se que é de devida importância manter-se em contato com a literatura indígena, dado que essa literatura exerce a função de reafirmar o compromisso com os Direitos Humanos (ONU,1948) e com a valorização da diversidade. Ademais, essas narrativas difundem o protagonismo indígena e estabelecem uma visão crítica sobre quem são esses povos para a formação do Brasil. Nessa direção, vale dizer que a literatura indígena permite preservar a cultura e tradição dos originários. Segundo Hakiy (2018), a cultura dos povos indígenas é tratada com negligência e esquecimento ao longo dos tempos. Nesse sentido, o Brasil é um país que necessita se conhecer e a narrativa indígena com sua ancestralidade é essencial para a história da nação e seu surgimento. Evidencia-se, dessa forma, que a literatura indígena é um mecanismo de manutenção da cultura indígena.

Ao considerar o enredo indígena e sua escrita, é primordial atentar-se à manifestação inicial dessa literatura. Uma vez que os conhecimentos dos antepassados são de suma importância para esses povos, os saberes são passados de geração para geração de forma oral, o que diferencia a literatura indígena da eurocêntrica. Dessa forma, a literatura indígena surge como uma marcação da existência e pertencimento dos originários, com a possibilidade de transmitir e difundir seus valores e experiência. Além disso, o leitor não indígena, ao se deparar com esse tipo de literatura, entra em contato com uma cosmovisão e interpretação do mundo diferente da usual. Nesse momento, o combate ao silenciamento e discriminação ocorre, uma vez que o desconhecido passa a ser conhecido. Dessa maneira, a literatura indígena pode ser vista como uma ferramenta primordial para a cultura brasileira, pois

o papel da literatura indígena, produzida por escritores indígenas, que nasceram dentro da tradição oral, que podem não viver mais em aldeias, mas que carregam em seu cerne criador um vasto sentido de pertencimento. Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para sua perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários (HAKIY, 2018, p. 38).

Ao compreender o direito e a função da literatura, bem como reconhecê-la como mecanismo essencial de humanização, a literatura indígena passa a ser lida como instrumento de ativismo e de resistência. Os povos originários que sofreram um longo processo de dizimação e de apagamento podem encontrar, na contemporaneidade, ferramentas de divulgação das suas tradições e cultura como um meio de combate à discriminação. Sendo assim, é necessário destacar que enquanto seres políticos, os cidadãos brasileiros devem manter-

se em contato com esse tipo de narrativa, como forma de promover um discurso antirracista, voltado para a ética e para o respeito.

Essa literatura pode e deve ser lida de maneira distinta, pois é o encontro do indígena com sua cultura. Os leitores brasileiros recebem influências de narrativas europeias e, ao longo da história da literatura brasileira, o indígena foi moldado e estruturado de diversas formas por escritores brancos. Nesse sentido, a literatura indígena é precursora de um importante movimento de valorização da voz do indígena, uma vez que modo de ver e pensar dos indígenas é colocado de maneira autêntica e original

Na literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade. Não quero dizer aqui que a prática da oralidade tenha se cristalizado no tempo. Essa prática ainda é usada, pois é parte integrante da cultura em movimento (KAMBEBA, 2018, p. 39).

Por fim, constata-se que diante do contexto histórico do Brasil Colônia e sua formação cultural, social e política, os povos indígenas vivenciaram atos de violência desde os primórdios. Nessa direção, ao analisar como a literatura indígena tornou-se uma ferramenta do combate à discriminação e silenciamento, é primordial destacar essa literatura como um movimento de resistência, oportunizando aos indígenas uma maneira de divulgar seus conhecimentos e tradições. À vista disso, os escritores indígenas podem ser considerados importantes ativistas políticos, enfatizando um papel social ativo na nação brasileira.

#### **4 IDENTIDADE ANCESTRAL NA LITERATURA INDÍGENA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS**

Em meio à análise da importância da literatura para os povos indígenas, é necessário atentar-se à identificação e ao reconhecimento da cultura e da tradição nativa nas obras literárias. Por esse motivo, vale compreender que por intermédio da leitura de narrativas indígenas, é possível estar em contato com um universo de conhecimentos ancestrais que são representações de luta, resistência e memória de todo um povo, pois

Na literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos (KAMBEBA, 2018, p.39).

Ao ler uma literatura carregada de significados culturais, é primordial conectar-se à essência dos conhecimentos e dos saberes indígenas, considerando que esse enredo permite dar visibilidade para aqueles que lutam intensamente pelo seu direito de existência no mundo. Entende-se, pois, que é preciso disponibilizar a literatura indígena nos espaços políticos e sociais, com o intuito de dar voz aos homens e mulheres indígenas, além de colocar em pauta uma questão invisibilizada durante séculos. Desse modo, a literatura indígena na educação é de suma relevância, dado que

A literatura indígena tem contribuído com o conhecimento de crianças das redes municipais e estaduais na cidade, universidades, em um nível de saber que a escola e bancos universitários não têm como conceber, por exemplo, o tempo do rio, conhecimentos essenciais para caminhar na mata fechada, saberes de cura espiritual e física, culinária específica indígena. Um saber complementa o outro (KAMBEBA, 2018, p 41).

Em razão disso, o docente, que é uma referência na sala de aula, deve buscar ressaltar os escritores e autores indígenas. Para isso, é significativo adentrar nas questões políticas a respeito da luta dos povos originários, bem como suas demandas territoriais e sociais. Dessa forma, as práticas pedagógicas se direcionam para uma visão crítica sobre os acontecimentos que envolvem os nativos no Brasil. Com isso, a literatura indígena cumpre um papel essencial para esse processo de inserção dos povos indígenas na educação, uma vez que por meio da divulgação dos saberes ancestrais de sociedades indígenas (habitantes dessa terra há milênios), é possível encontrar uma escrita carregada de sentidos e identidades.

#### 4.1 A carta do Cacique Seattle

Em 1855, no estado de Washington, o Cacique Seattle enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos, respondendo à proposta sobre a compra do território ocupado pelos indígenas naquela época. A carta expressa a indignação do Cacique com a intenção de posse da terra, já que para o seu povo a terra não poderia ser comprada. Em seu depoimento, o Cacique, líder de seu povo, iniciou a carta com as palavras “O grande chefe de Washington mandou dizer que quer comprar a nossa terra. O grande chefe assegurou-nos também da sua amizade e benevolência” (SEATTLE, 1855, p. 1).

Nota-se que o Cacique se direciona ao presidente como o “grande chefe de Washington”. Essa nomeação, além de indicar o poder político do presidente, procura também acentuar o poder de um líder branco que pretende tomar a terra de habitantes já existentes. Por esse motivo, a carta do Cacique Seattle é um desabafo atemporal, considerando que, na atualidade, os povos indígenas ainda vivenciam atos de violência territorial. Dessa forma, percebe-se que, no relato do Cacique, já era possível identificar a consciência dos povos indígenas referente à postura do homem branco, como demonstrado na passagem

Como pode-se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo (SEATTLE, 1885, p.1).

Sabe-se que, na cultura indígena, o contato com a terra é de extrema importância, logo, para esses povos é essencial assegurar a demarcação de terras. Reconhecer e identificar territórios indígenas possibilita a vivência de experiências culturais e tradicionais dos originários. Entretanto, como analisado, o homem branco se distingue dos nativos, pois eles se distanciam nos ideais de posse e de apropriação da terra. Desde os primórdios, no Brasil Colônia, os colonizadores e exploradores se apossaram da terra, apropriando-se dos recursos naturais e espaciais oferecidos por aquele território. Desde então, a luta dos povos indígenas se estende ao direito pela ocupação territorial.

Segundo a FUNAI (2021), terra indígena é um território demarcado e protegido para uso exclusivo dos povos indígenas. São reconhecidas como patrimônio da União e são designadas para a manutenção e preservação da cultura e tradições nativas, além de assegurar a autonomia e direito dos povos indígenas. Por esse motivo, é primordial reconhecer a

demarcação de terras indígenas, sendo explicitado pelo órgão responsável que “O processo de demarcação, regulamentado pelo Decreto nº 1775/96, é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas” (FUNAI, 2021).

Dessa forma, entende-se que o processo de colonização do Brasil e suas consequências de invasão territorial são refletidas na atualidade, uma vez que é necessário a manutenção da preservação dos territórios indígenas, além da constante luta e resistência dos povos originários em relação a esse tópico. Nesse sentido, compreender a invasão do território e seu aproveitamento desenfreado como uma invasão indenitária permite esclarecer de que formas os povos indígenas foram violados. De acordo com Walter (2012), no território americano, a brutalização de pessoas está conectada à brutalização do espaço, como o genocídio de tribos indígenas, a exploração, a escravidão, o impacto na natureza e como esses processos ainda possuem influência na maneira de pensar e agir com o diferente e o outro, de forma tanto política como ideológica.

Sendo assim, a posse da terra é uma parte significativa para a conservação e para a proteção cultural das sociedades nativas, considerando que esses povos são interligados com a manutenção do espaço, já que “ter uma história enraizada na terra roubada durante um processo colonial, como no caso das primeiras nações indígenas panamericanas, significa ter uma não identidade - identidades fragmentadas e/ou alienadas por condição de violência” (WALTER, 2012, p.10). Desse modo, assim como na carta do Cacique Seattle (SEATTLE, 1885), as reivindicações dos direitos dos povos indígenas se estendem não somente à terra, mas ao direito de existência de suas identidades, cosmovisões e tudo o que compõe sua permanência no mundo. Nessa direção, a literatura indígena está presente para oportunizar aos povos indígenas um meio de expressão, além de divulgar suas demandas territoriais, políticas e sociais, considerando que entrar em contato com essas sabedorias milenares permite compreender também o presente.

## **4.2 A identidade na literatura indígena**

Diferentemente de outras literaturas, a literatura indígena é composta por significações e elementos culturais, bem como traços de memória e resistência. Anteriormente à produção literária escrita pelo indígena, autores como José de Alencar e James Fenimore Cooper, em uma tentativa de construção da identidade nacional, utilizaram o então homem primitivo para moldar essa nacionalidade. Segundo Thiél (2012), o índio idealizado para a

literatura romântica foi transformado em personagens com características de heróis e cavaleiros medievais. Nesse sentido, nota-se um momento inicial de apropriação do modo de vida do indígena para formar uma identidade, descaracterizando sua cultura. Essa escrita eurocêntrica resultou em consequências, pois as representações dos povos e sociedades indígenas tornaram-se algo estigmatizado. Por esse motivo, a literatura indígena se apresenta como precursora de divulgar os conhecimentos e tradições indígenas, pois

A literatura é, para nós, uma forma de atualizar nossos conhecimentos antigos. Por intermédio dela, pretendemos desconstruir a imagem negativa que fizeram de nós e mostrar que somos parte da aventura de ser brasileiros, ainda que tenhamos diferenças em nossa compreensão de humanidade [...]. Atualizar nossos saberes ancestrais usando os equipamentos que a sociedade, dita civilizada, criou é nossa maneira de mostrar que não somos seres do passado, muito menos do futuro. Essa atualização mostra que estamos na Terra para ficar e queremos ensinar nossa maneira de manter o planeta vivo, queremos gritar para o mundo todo que somos parte e que ainda dá tempo de reverter o quadro vermelho de sangue que foi pintado ao longo de nossa história (MUNDURUKU, 2016, p. 192-193).

Entretanto, é necessário analisar como essa literatura está sendo lida, seja na sociedade brasileira ou nas escolas. Os leitores de literatura indígena precisam ter consciência das atribuições necessárias para interpretar os códigos e elementos culturais presentes nas obras produzidas pelos indígenas. Sendo assim, inicialmente, observa-se a importância de validar a literatura indígena como um resgate do passado de vozes roubadas e silenciadas. Conforme Graúna (2013), a intenção dos povos indígenas, ao buscarem pela palavra (oral ou escrita), caracteriza uma ação de transformar e reconhecer a demanda de liberdade de expressão e autonomia como forma de reafirmar o compromisso da denúncia da triste história da colonização e suas consequências.

Dessa forma, constata-se que atribuir à literatura indígena um valor legítimo permite reconstruir conceitos enraizados na sociedade brasileira. Todavia, identificar o que é literatura indígena e a forma pela qual ela atua como ferramenta política e de ativismo ainda está em curso, à medida que existe um processo de diminuir o protagonismo das produções literárias indígenas. A escrita eurocêntrica ainda é colocada em um espaço de superioridade, e os autores brancos acumulam privilégios diante de suas narrativas, pois

Em se tratando da literatura indígena, as definições, os conceitos esbarram na questão do reconhecimento, no preconceito literário estampado no mascaramento das polêmicas doutrinárias. No cânone, essa literatura não aparece mencionada; seu lugar tem sido até agora, a margem. Poucos se dão conta da sua pulsação. Apesar de falta de reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e

perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com textos não indígenas (GRAÚNA, 2013, p. 55).

Pode-se afirmar que a literatura indígena permite canalizar em seus textos a essência dos povos originários, oferecendo aos leitores a oportunidade de compreender a construção de identidades necessárias para a formação social e política brasileira. Além disso, ler escritas indígenas contribui para a ressignificação de um processo histórico que dizimou e silenciou essas vozes durante milênios. Assim, a narrativa indígena deve ser entendida como necessária para dar continuidade a uma luta de resistência e sobrevivência, pois “o envolvimento do indígena com o texto ficcional, apresenta significados inesgotáveis entre a palavra escrita e o sujeito que escreve, modificando assim a concepção estabelecida por ambos em relação à visão que estes têm do mundo e das suas próprias existências” (REIS *et al.* 2021, p. 2).

Sendo assim, diante desse cenário de reconhecimento das vozes indígenas por meio da literatura, é primordial estabelecer a importância da educação e dos professores de Língua Portuguesa para transgredir uma aprendizagem eurocêntrica, a qual, até o momento, divulgou e propagou narrativas que não são indígenas. A escola exerce um papel fundamental para concretizar um posicionamento em relação aos povos indígenas, considerando a necessidade de garantir um ensino voltado para a diversidade e para o combate ao preconceito e à discriminação.

### **4.3 A importância de narrativas indígenas na educação**

A conexão entre identidade e literatura nas narrativas indígenas permite compreender de que forma essa literatura pode auxiliar no movimento de visibilidade e resistência. Por meio de suas escritas, os povos indígenas também pretendem contar a história do Brasil – a outra história – ou seja, aquela que foi silenciada por um longo período. Nesse sentido, a educação brasileira e as comunidades educativas são de suma importância para tal intervenção, contrária ao silenciamento. O ensino de História, Língua Portuguesa e Arte, como analisado anteriormente, são os precursores para introduzir os saberes indígenas aos discentes, todavia, as demais disciplinas também são essenciais para o processo. Por esse motivo, destaca-se o papel dos professores como agentes de transformação, sendo capazes de modificar um cenário de discriminação, visando afirmar seu compromisso de reparação histórica com grupos étnicos apagados social, política e culturalmente.



De acordo com Thiél (2012), ao narrarem suas versões da história brasileira, os nativos manifestam a consciência do poder da escrita e da atuação dela como ferramenta de construção de passado, presente e futuro, pois o público leitor capta a possibilidade de redimensionar seus próprios conhecimentos pela visão do indígena. À vista disso, é necessário olhar de forma crítica para os conteúdos programados pelas escolas, as quais pretendem, em diversos momentos, centralizar o ensino em perspectivas eurocêntricas. A literatura e a história brasileira são contadas pela versão de escritores e historiadores difusores de informações fragmentadas pelo olhar do europeu, já que

Hoje a historiografia nos ensina que nenhum de nós, em momento algum, teve ou tem acesso a fatos históricos, apenas narrativas sobre eles. Enquanto a História narrada pelo europeu relegou o índio a uma vida “sem história”, as contranarrativas indígenas preenchem vazios e, ao fazê-los, constroem novas e distintas versões sobre seus povos. Em outras palavras, novos começos são propostos, por novos cronistas; seus relatos reportam-se a memórias ancestrais transferidas da oralidade para a escritura impressa (THIÉL, 2012, p. 103).

Desse modo, o posicionamento das escolas e dos professores frente à questão indígena torna-se o caminho para a valorização dos povos originários. A forma como abordarão o ensino pauta a continuidade da luta e resistência dos indígenas. Sendo assim, uma educação que está acostumada a caminhar pelos olhares dos privilegiados, passa a ter que incluir o diferente, ou seja, a cultura dos indígenas, africanos, afrodescendentes, comunidades ribeirinhas, entre outros, logo, destaca-se a educação ressignificada pelo olhar do multiculturalismo. Essa concepção surge “não apenas como movimento social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras ‘minorias’, mas também, como abordagem curricular contrária a toda forma de preconceito e discriminação no espaço escolar” (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 56).

Por conseguinte, um currículo organizado para apresentar aos estudantes as narrativas e as histórias indígenas desmontam todo um paradigma implementado socialmente. Por exemplo, a noção de descobrimento do Novo Mundo e a formação das Américas se inserem no imaginário popular como um “descobrimento”. Entretanto, o leitor de textualidades literárias indígenas poderá compreender outra versão: a invasão territorial e como essa invasão influenciou na vida dos povos nativos, pois

Essa terra tinha dono. Mas não dono no sentido capitalista. Talvez fosse melhor dizer que essa terra tinha Guardiões. Ela não pertencia a ninguém, mas servia a todos com igual valor. Vimos que a pré-história brasileira imperialista é, na verdade, a história de mais de mil povos diferentes que já caminha sobre ela há muitos milênios (MUNDURUKU, 2000, p. 57 *apud* THIÉL, 2012, p. 108).

Como observado, o contato com autores indígenas produz um ensino nas escolas voltado para a preservação e para a valorização da diversidade, além de oferecer a discussão e a consequente compreensão de novas narrativas. Os docentes em salas de aula possuem a tarefa de transferir, por meio da literatura, a visão dos povos indígenas, considerando a pluralidade de sentidos e o modo de vida dessas etnias. Sendo assim, ressalta-se que disponibilizar a literatura indígena aos estudantes é equivalente a ressignificar a aprendizagem, visto que

levar em conta a pluralidade cultural no âmbito da educação implica pensar formas de reconhecer, valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Significa, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, bem como buscando homogeneizá-las numa perspectiva monocultural. Tais reflexões constituem o alicerce para se situar o multiculturalismo no terreno educacional (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 56).

Constata-se que as práticas pedagógicas são essenciais para direcionar o ensino voltado às contribuições dos indígenas. Com isso, o professor necessita repensar suas práticas a partir da ideia do multiculturalismo. Nesse sentido, vale enfatizar a presença dos povos indígenas de maneira interdisciplinar, considerando os conhecimentos históricos, geográficos, linguísticos, artísticos, literários e políticos dos povos originários.

#### **4.4 Sugestões de leituras com a temática indígena para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio**

A literatura indígena é uma literatura formada por muitos significados identitários, comunicando ao leitor traços de luta e resistência. Segundo Munduruku (2018), a escrita é um progresso recente das 305 etnias, de modo que esses povos possuem conhecimentos ancestrais e, por esse motivo, as novas gerações exercitam a memória, sendo guardiãs das histórias tradicionais vivenciadas. Dessa forma, constata-se que essa literatura oportuniza ao leitor entrar em contato com conhecimentos e saberes diversos, oriundos dos povos indígenas, pois

Esses povos traziam consigo a Memória Ancestral. Entretanto, sua harmônica tranquilidade foi alcançada pelo braço forte dos invasores: caçadores de riquezas e de almas. Passaram por cima da memória e escreveram no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento. Muitos dos atingidos pela gana destruidora tiveram que ocultar-se sob outras identidades para serem confundidos com os desvalidos da sorte e assim sobreviver. Esses se tornaram sem-terras, sem-teto, sem-história, sem-humanidade (MUNDURUKU, 2018, p. 82).

Por meio do papel transformador da literatura, abordar a temática indígena modifica o cenário de apagamento e violência em um cenário de valorização da diversidade. Diante disso, como analisado anteriormente, a lei Nº 11.645 (BRASIL, 2008) concretizou a importância de se trabalhar conhecimentos indígenas nas escolas. Pensando nisso, documentos primordiais para a educação, como a LDB (BRASIL, 1996) e a BNCC (BRASIL, 2018), incluíram também os saberes indígenas, visando ao currículo escolar voltado para equidade. Todavia, mesmo com as mudanças institucionais e curriculares, é necessário se atentar às práticas pedagógicas, bem como é preciso se atentar à forma pela qual elas podem auxiliar os estudantes a compreenderem as vozes dos povos tradicionais do Brasil.

Nessa direção, a BNCC (BRASIL, 2018) preconiza diversas habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio para a inserção dos povos indígenas. Com isso, é primordial realizar uma prática pedagógica que aborde a literatura indígena de maneira crítica e política. A habilidade EF67LP28 (BRASIL, 2018, p. 169), apresentada pelo documento, oportuniza a utilização de obras literárias indígenas no Ensino Fundamental II, pois é preconizado “Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes -, [...] lendas brasileiras, indígenas e africanas [...]” Com isso, uma sugestão de leitura para os sextos e sétimos anos é a obra *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos*, do autor indígena Daniel Munduruku.

Essa obra permite que o professor trabalhe com o gênero textual mito e ainda que aborde sobre diversos elementos culturais – como vocabulários indígenas ou as ilustrações feitas pelas crianças da aldeia. O autor direciona algumas palavras para os leitores, dizendo que “essas histórias são reais. Elas aconteceram de verdade e marcaram profundamente o modo de ser do meu povo. Aliás, é por causa delas que o povo Munduruku mantém-se vivo” (MUNDURUKU, 2001). Sendo assim, a fala do escritor salienta como a leitura de narrativas oriundas dos povos nativos colabora com a preservação da cultura e da memória de um povo.

O livro traz variados mitos que contam sobre a origem das coisas e como eram os tempos antigos. Nesse momento, o docente pode, em sua prática, valorizar a tradição dos povos indígenas de passar suas histórias de geração a geração, pois o costume de transmissão de conhecimentos por meio da oralidade sustenta a ancestralidade dos nativos. Em vista disso, as narrativas na obra demonstram a importância dos saberes descendentes dos mais velhos, sendo uma importante referência para os mais novos que valorizam essa sabedoria, como se nota na passagem

Enquanto o velho falava, nós ficávamos extasiados com a sabedoria com que ele narrava as histórias. Parecia-nos que ele tinha todo o conhecimento gravado na memória e não deixava escapar nenhum detalhe na hora de contar-nos o que aconteceu nos tempos imemoriais do nosso povo (MUNDURUKU, 2001, p. 35).

Além dos mitos existentes na obra, ao final, há diversas informações sobre o povo Munduruku, quando o autor disponibiliza os textos “Quem são os Munduruku hoje?” e “A vida na aldeia.” Desse modo, todas essas informações podem ser utilizadas pelo docente para enriquecer suas aulas, demonstrando aos alunos costumes e tradições dessa etnia. Ademais, vale destacar que além dos anos finais do Ensino Fundamental, é essencial trabalhar a narrativa indígena no Ensino Médio. Então, a partir da habilidade EM13LP52 (BRASIL, 2018, p. 526), apresentada pela Base Nacional Comum Curricular, dá-se a sugestão de trabalhar com o poema “Terra Cunchã”, de Eliane Potiguara – em qualquer uma das séries. Tal sugestão ocorre devido à habilidade de Língua Portuguesa no campo Artístico-literário, a saber

Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente (BRASIL, 2018, p. 526).

Desse modo, o docente pode utilizar o poema de Eliane Potiguara em sala de aula, visando à fomentação de discussões e reflexões a respeito dos povos indígenas, já que a habilidade permite e motiva a análise da obra literária de forma crítica, considerando os aspectos discursivos, a visão de mundo e a matriz cultural. Nesse sentido, destaca-se a importância de abordar o gênero poema no Ensino Médio, a fim de que os estudantes possam ter um olhar literário diante das questões indígenas, visto que

Uma das vertentes literárias utilizadas por escritores indígenas é a poesia. Mas será que podemos pensar em uma educação poética? Apresentar um texto em sala de aula com rimas e versos é estimulante. Pode-se informar e denunciar acerca de temas relacionados à cultura dos povos, à questão ambiental, entre outros. A poesia nas mãos do professor torna-se uma ferramenta didática a ser utilizada em sala de aula. E os indígenas sempre buscaram poetizar sua vivência. O contato do corpo com a água num banho de rio à tardinha é uma bela imagem poética a ser apresentada aos olhos atentos de quem busca narrar a relação homem x natureza (KAMBEBA, 2018, p. 41).

Como observado, o poema pode se transformar em uma ferramenta para evidenciar as questões indígenas – especialmente por meio da visão de uma escritora indígena. A autora Eliane Potiguara é ativista indígena, escritora, professora e poeta, pertencente ao povo

potiguara, foi indicada, em 2005, ao Projeto Internacional “Mil mulheres ao Prêmio Nobel da Paz”, publicou artigos, entrevistas, livros e jornais sobre a temática indígena ao longo de quatro décadas de ativismo e resistência (POTIGUARA, 2019).

Dessa maneira, ao trazer uma autora como Eliane Potiguara, o professor possibilita aos estudantes a compreensão do papel político e social da mulher indígena na atualidade. Para isso, é necessário levar em consideração o processo histórico que massacrou as sociedades indígenas – também compostas por mulheres. De acordo com Silva (2019), a autora potiguara utiliza-se da literatura para relatar os efeitos do colonialismo, especialmente para as mulheres indígenas, que sofrem duplamente por sua condição de indígena e mulher. Assim sendo, a produção literária da escritora em questão denuncia o desrespeito à existência das mulheres indígenas, como demonstrado no poema

Terra Cunhã

Mulher indígena!  
Que muito sabes deste mundo  
Com a dor ela aprendeu pelos séculos  
A ser sábia, paciente, profunda.

Imóvel tu escutas  
Os que fingem aos ouvidos  
Fé guerreira, contestas:  
'Não aguento mais a mentira!'  
Mas longe deles, choras a estupidez,  
O MEDO...  
(sim, longe deles!)  
Sofres incompreensão e maldade  
Aos poucos morres à míngua...  
Desrespeito, roubo, assassinato.

No dia em que rastejaste  
Imploraste tua terra - e JÁ TINHAS!  
A teu lado companheiras: miséria e morte  
A violência e a angústia dos trópicos...

Nas caras ela viu o abuso  
A inveja de ser o que és: cândida...  
Lúcida, mãe, companheira...  
E tu zombastes desses pobres (de) espíritos.

Sabes do rio de lágrimas  
Que te parta o peito aflito  
Na bolsa d'água o filho esperas  
Futuro, luz, nova era.

Mas luta, raiz forte da terra!  
Mesmo que te matem por ora  
Porque estás presa ainda  
Nas garras do PODER e da história  
(POTIGUARA, 2019, p. 81).

Após a leitura do poema em sala de aula, o educador pode analisar os versos de Potiguara, de maneira não eurocêntrica, ou seja, sem focar nos elementos formais da poesia, mas de maneira crítica e reveladora, atentando-se aos aspectos de identidade da mulher indígena e chamando a atenção do aluno para tal fato. Para isso, é essencial, em sua prática, empregar uma análise crítica a respeito da forma como o eu lírico se apresenta diante de suas lutas, pois “a autora faz ao longo do texto relatos biográficos que reafirmam a sua condição enquanto mulher indígena, assumindo também o papel da luta de gênero” (CUNHA, 2017, p. 7). Como visto anteriormente, a literatura indígena transmite não apenas os conhecimentos dos nativos, mas também expressa a dor de suas existências. No fragmento “Com a dor ela aprendeu pelos séculos/ A ser sábia, paciente, profunda” (POTIGUARA, 2019, p. 81), observa-se a sensibilidade de Potiguara ao simbolizar a dor da mulher indígena transformada em sabedoria.

Nesse sentido, ao longo de todo o poema, a autora pretende anunciar seu posicionamento no mundo e, por esse motivo, destaca-se que o docente, por meio de sua prática, necessita salientar as questões sociais e políticas que envolvem o contexto da produção do poema. Após a leitura, o leitor se depara com uma visão de mundo distante da sua e pode, então, compreender a existência da mulher indígena inserida na circunstância de violência e extermínio. Sendo assim, a literatura concretiza o seu papel e, nessa direção, o educador realiza uma prática focalizada em atualizar um contexto de apagamento.

Dessa maneira, é importante que o docente disponibilize dados atuais para que os alunos compreendam e se conscientizem a respeito das atrocidades vivenciadas por esse grupo étnico. O relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil* (CIMI, 2022), por exemplo, apresentou diversos relatos de barbaridades cometidas contra a mulher indígena, entre eles, o caso da jovem Daiane Kaingang, que foi brutalmente assassinada, aos 14 anos de idade. De acordo com o documento, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA, 2021) publicou uma nota denunciando o ocorrido

Temos visto dia após dia o assassinato de indígenas. Mas, parece que não é suficiente matar. O requinte de crueldade é o que dilacera nossa alma, assim como literalmente dilaceraram o jovem corpo de Daiane, de apenas 14 anos. Esquartejam corpos jovens, de mulheres, de povos. Entendemos que os conjuntos de violência cometidas a nós, mulheres indígenas, desde a invasão do Brasil, é uma fria tentativa de nos exterminar, com crimes hediondos que sangram nossa alma. A desumanidade exposta em corpos femininos indígenas precisa parar! (ANMIGA, 2021 *apud* CIMI, 2022, p. 25).

Tal acontecimento associa-se ao poema *Terra Cunha* (POTIGUARA, 2019), pois a escritora destaca em uma das passagens a atrocidade praticada contra os indígenas “Aos poucos

morres à míngua.../ Desrespeito, roubo, assassinato” (POTIGUARA, 2019, p. 81). Em razão disso, a literatura indígena protesta contra esses atos que se perpetuam desde o período colonial. Sendo assim, ao final do poema, a autora discorre sobre sua luta e resistência, apesar de se sentir aprisionada ao passado e ao poder, como observado no fragmento

Mas luta, raiz forte da terra!  
Mesmo que te matem por ora  
Porque estás presa ainda  
Nas garras do PODER e da história  
(POTIGUARA, 2019, p. 81).

Nessa perspectiva, para o professor abordar essa obra de maneira significativa, é necessário relacionar o conteúdo do poema ao contexto histórico e político que sustenta a narrativa da mulher indígena. A luta e a resistência dessas mulheres se estendem a diversas ações que contestam o poder público perante à violência e ao abuso. Pode-se perceber que trabalhar a temática indígena, a partir de um texto literário escrito por um indígena, permite que o professor e os alunos reflitam sobre a condição desse grupo a partir da visão de mundo dos povos originários, ou seja, o autor está em seu perfeito lugar de fala.

No caso do poema de Eliane Potiguara, não seria apenas trabalhado o espírito crítico em relação à situação indígena, mas a situação da mulher indígena, que é ainda mais carente de discussão. Sendo assim, na literatura de Potiguara, “destaca-se a temática da luta e autoafirmação étnica dos povos indígenas, mas também se apresenta como uma rica literatura para o leitor não indígena, que se depara com um texto que rompe as fronteiras dos gêneros textuais” (CUNHA, 2017, p. 4), o que facilita um primeiro contato com a temática, pois abre portas a infinitas possibilidades de vieses, enfatizando a ancestralidade e a formação do seu próprio país, o Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, a partir dos acontecimentos da colonização do território brasileiro, em 1500, os povos indígenas – habitantes originários dessa terra – foram colocados em uma condição inferior e primitiva. Com isso, ocorreu a dizimação dessas sociedades por meio da violência, do apagamento histórico e social, das doenças e da escravidão. Os povos indígenas do Brasil tiveram seus direitos roubados e sua terra ocupada para o seu aniquilamento.

Diante dessas circunstâncias, na atualidade, os povos indígenas continuam a sofrer preconceito, discriminação e racismo perante sua existência. O descaso do poder público e da população brasileira é uma consequência desse longo processo histórico que homogeneizou a cultura do indígena, atribuindo a eles os estereótipos de “preguiçosos”, “canibais”, “selvagens”, “atrasados”, entre outros. Sendo assim, são necessários mecanismos de luta e resistência para a continuidade dos progressos referentes às vidas de civilizações nativas.

Dessa forma, o papel da educação como formadora de cidadãos críticos é válido para as transformações necessárias desse cenário. Por esse motivo, em 2008, a lei Nº 11.645 (BRASIL, 2008) foi sancionada para incluir os saberes e conhecimentos oriundos dos povos indígenas na educação e modificar um ensino centralizado nas concepções eurocêtricas. Pensando nisso, a LDB (BRASIL, 1996) e a BNCC (BRASIL, 2018) também incluíram os povos indígenas e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, no âmbito curricular das escolas, é primordial a inserção da literatura indígena e de escritores e escritoras indígenas, pois a literatura tem função humanizadora e delatora da situação indígena, permitindo a conexão do leitor com o universo do outro. Desse modo, entende-se que a literatura indígena atua como ferramenta para o combate do silenciamento, dando espaço às vozes apagadas historicamente. Com isso, a literatura indígena encontra-se com a dignidade humana, a valorização, o reconhecimento da diversidade e da pluralidade étnica.

Em vista disso, os professores de Língua Portuguesa, essencialmente, podem desenvolver a temática indígena por meio da literatura. Entretanto, é necessário pensar práticas pedagógicas decoloniais que focalizem o ensino de maneira significativa, voltado para a perspectiva do multiculturalismo. Por esse motivo, é fundamental destacar o encontro entre identidade e literatura indígena, pois tal escrita literária em particular não se desvincula do posicionamento existencial dos povos originários. Em meio a um cenário de violência, esses povos sobrevivem cultural e linguisticamente, buscando retomar seus direitos e validar sua presença na nação brasileira.



Portanto, a literatura indígena é uma aliada das reivindicações dos povos nativos, bem como um instrumento importante para divulgar e expandir os conhecimentos indígenas para leitores não indígenas. Os professores que atuam na educação possuem a solene missão de difundir a literatura indígena e de atribuir aos estudantes a conscientização sobre essas narrativas carregadas de memória, identidade e resistência. Os autores indígenas devem ser considerados e valorizados, pois suas histórias preenchem uma lacuna de invisibilidade e retrocesso, já que ao falar sobre vida e corpos indígenas de maneira significativa, o rumo dessas questões caminham para a equidade e o respeito.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Krenak eleito**. 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/krenak-eleito>. Acesso em: 12 out. 2023.
- ALMEIDA, M. R. C. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 37, n. 75, p.17-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/b7Z47VbMMmvPQwWhbHfdkpr/?format=pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 23 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº N°5540, de 11 de julho de 2022**. Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5540.htm). Acesso em: 18 mai. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm). Acesso em: 13 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022**. Institui o Dia dos Povos indígenas e revoga o Decreto-lei nº 5.540, de 2 de janeiro de 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de**

**História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2023.

CAMINHA, P. V. Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. *In*: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas do Brasil – Dados de 2021**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

CUNHA, J. E. P. **Metade Cara, Metade máscara: uma afirmação das identidades etno-políticas da mulher indígena**. 2017. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais eletrônicos) – Florianópolis, 2018. Disponível em: [https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499367960\\_ARQUIVO\\_Trabalhocompletofazendogenerojessica.pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499367960_ARQUIVO_Trabalhocompletofazendogenerojessica.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **A Funai**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Povos,po%C3%ADtica%20indigenista%20do%20Governo%20Federal>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Demarcação**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2013.

HAKIY, T. Literatura indígena – a voz da ancestralidade. *In*: DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 37-38 Disponível em: [https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf). Acesso em: 1 jun. 2023.

IBEGE. **O Brasil indígena**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/1>. Acesso em: 20 mai. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que você precisa saber para entender a crise na terra indígena Yanomami**. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias->

socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami. Acesso em: 10 out. 2023.

KAMBEBA, M. W. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. *In*: DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44 Disponível em: [https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf). Acesso em: 1 jun. 2023.

LIBERATO, A. P.; GONÇALVES, A. P. R. A proteção dos índios na Constituição de 1988. *In*: FILHO, C. F. M. S.; BERGOLD, R. C. (org.). **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI**. Curitiba: Letra da Lei, 2013. p. 97-114. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Os-direitos-dos-povos-indigenas-no-Brasil.pdf](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Os-direitos-dos-povos-indigenas-no-Brasil.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

LOPES, R. J. **1499: O Brasil antes de Cabral**. Rio de Janeiro: Happer Collins, 2017.

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n.3, p. 577-596, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LndtrwfkvRN5vqb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MANCINI, A. P. G.; TROQUEZ, M. C. C. Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena. **Tellus**, Campo Grande, n. 16, p. 181-206, 2009. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/185/212>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MUNDURUKU, D. **As serpentes que roubaram a noite e outros mitos**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. *In*: DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 81-83 Disponível em: [https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.

MUNDURUKU, D. **Memórias de índio: uma quase autobiografia**. Porto Alegre: EDELBRA, 2016.

NOGUEIRA, S. G.; GUZZO, R. S. L. Que educação das relações étnico-raciais queremos no século XXI? Uma leitura psicossocial e crítica da desumanização eurocêntrica e racista. **Revista da ABPN**, Curitiba, v.9, n.22, p. 409-431, 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/375/369>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 mai. 2023

PACHAMAMA, A. R. Autoria e ativismo de originários na escrita da História. *In*: DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 26-40 Disponível em: [https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf). Acesso em: 5 mai. 2023.

POLOSCHI, D. R. As chamadas do ódio e a continuidade de devastação. *In*: Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **Relatório: Violência contra os povos indígenas do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

REIS, Q. M. S. *et al.* Traços Identitários e Culturais Presentes na Literatura Produzida pelos Indígenas. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29., Cuiabá. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 601-609. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20197>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEATTLE, C. **Carta do Cacique Seattle para o presidente americano**. 1885. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto43/FO-CX-43-2698-2000.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso**. São Paulo, v.12, n. 27, p. 233-256, 2020. Disponível em: [http://www.biolingua.com/ling\\_cog\\_cult/seki\\_2000\\_linguas\\_indigenas\\_secxxi.pdf](http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/seki_2000_linguas_indigenas_secxxi.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.

SILVA, A. P. Deslocamentos, movimentos. *In*: POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

SILVA, M. B. N. A carta-relatório de Pero Vaz de Caminha. **Ide**, São Paulo, v. 33, n. 50, p. 26-35, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v33n50/v33n50a05.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**, [s.l.]. n. 1, p. 51-66, 2008. Disponível em: [https://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4\\_mariasilva.PDF](https://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4_mariasilva.PDF). Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, E. R. Literatura indígena e direitos autorais. *In*: DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo**. Porto Alegre: Editora

Fi, 2020. p. 169-180 Disponível em:

[https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf).

Acesso em: 5 mai. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Marco temporal das terras indígenas**: já tem cinco ministros contra a tese e dois a favor. 2023. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514462&ori=1>. Acesso em: 12 out. 2023.

TERENA, M. A literatura deve atender ao interesse das comunidades indígenas. *In*:

DORRICO, J. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**: Autoria, Autonomia, Ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, p. 99- 102. 2020. Disponível em:

[https://www.editorafi.org/\\_files/ugd/48d206\\_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf](https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf).

Acesso em: 5 mai. 2023.

THIÉL, J. C. A literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural.

**Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n.4, p. 1175-1189, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/PJsZ4S3tMLKBmyJ83VKXcQg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 out. 2023.

THIÉL, J. **Pele silenciosa, pela sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

UFSC. **Como surgiu o dia dos povos indígenas?** 2023. Disponível em:

<https://cse.ufsc.br/2023/04/19/como-surgiu-o-dia-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em:

<https://iparadigma.org.br/biblioteca/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural-unesco/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

WALTER, R. Entre Gritos, Silêncios e Visões: Pós- Colonialismo, Ecologia e Literatura Brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, [s.l], n.21, p. 137- 168, 2012.

Disponível em: <https://abralic.org.br/downloads/revistas/1415578998.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.